



O protagonismo político das Igrejas Pentecostais e Neopentecostais no Brasil: a bancada evangélica no Congresso Federal

Edson Lugatti Silva Bissati

Universidade Federal de Juiz de Fora
edsonbissiatipld@gmail.com

Caio César Nogueira Martins

Universidade Federal de Juiz de Fora
caio_martins.007@hotmail.com

Resumo: A relação entre religião e política possui diversas implicações no tecido social. Desde a gênese do Brasil colônia, o elemento religioso influenciou o campo político nacional. Na sociedade brasileira contemporânea, os evangélicos, em especial, os pentecostais e neopentecostais têm logrado expressivo êxito no ambiente político, se tornando atores chave nos bastidores da política nacional. O objetivo deste trabalho é analisar a ascensão e influência das igrejas pentecostais e neopentecostais na composição e consolidação da Bancada Evangélica no Congresso Federal desde o período da redemocratização brasileira até as eleições de 2018. Para tanto, este artigo se valerá de revisão de literatura e análise do crescimento numérico da Bancada Evangélica nas últimas décadas. Nossa pesquisa revela crescimento e protagonismo dos pentecostais e neopentecostais no campo político brasileiro.

Palavras-chave: Religião; política; bancada evangélica; Pentecostalismo e Neopentecostalismo.

Introdução

A relação entre religião e política têm influenciado acontecimentos políticos desde a antiguidade. Mesmo com o advento do processo de secularização, com a separação de modo institucional entre estado e igreja e com uma maior laicização do espaço público, a religião permanece como um dos fatores centrais nas problemáticas sociais, culturais e políticas nas sociedades de modo geral. Neste sentido para Sell (2017) o papel do religioso na sociedade contemporânea não se traduz em preocupações puramente religiosas, mas também como um fenômeno religioso complexo na realidade social. Nesta seara, Clifford Geertz (2001) afirmou que o mundo não funciona somente com crenças, mas que dificilmente consegue funcionar sem

elas.

No Brasil, desde a chegada dos portugueses a religião vem fazendo parte da configuração social brasileira, em especial o cristianismo, tendo sido o catolicismo religião oficial do Estado até a Proclamação da República, em 1889, quando o Estado brasileiro se tornou institucionalmente laico. Neste período, tínhamos a presença do protestantismo no Brasil que chegou em solo nacional ainda no período colonial, mas somente com a oficialização da laicidade¹ do Estado brasileiro conseguiu melhor difusão.

Para Cavalcanti (2002, p.183), “o Brasil nasceu, assim, dentro de um projeto de cristandade. Religião e política, neste país, se vinculam intimamente desde sua gênese”. No que se refere aos evangélicos, Cavalcanti (2002) elucida que em 1916 a população evangélica brasileira era a maior do continente. Desde então cresceu e se difundiu pelo Brasil, através de diversas denominações com diferentes teologias.

Para Mariano (2014), a Reforma Protestante emergiu na Europa do século XVI e significou uma ruptura com as práticas do catolicismo, dando origem a diversas religiões evangélicas, ou melhor, contribuindo para o surgimento de uma pluralidade de instituições que, muitas vezes, apresentam características teológicas, identitárias e organizacionais antagônicas e que ao longo dos anos se espalhou por todo o Ocidente. Neste caso, considera como frutos do Protestantismo o surgimento das denominações eclesiásticas Luterana, Presbiteriana, Congregacional, Anglicana, Metodista e Batista.

Compartilhando deste entendimento, Carvalho (2017) acrescenta que ao longo dos anos estas igrejas se expandiram pelo mundo e se desdobraram em outras denominações devido a diversidade de interpretações teológicas, desentendimentos entre lideranças e adequação a seu público e a novas culturas. Assim, o Pentecostalismo surgiu nos Estados Unidos com a liderança de William Joseph Seymour e sob forte influência da teologia metodista.

Segundo Picolotto (2016), seu precursor foi aluno de Charles Parham² em sua escola bíblica de Houston. Todavia, por ser negro e ex-garçom, só lhe era permitido assistir as aulas pelo lado de fora. Parham era simpatizante das políticas de segregação racial norte-americana que impediam os negros de adentrarem aos espaços frequentados pelos brancos. A autora complementa que no ano de 1906, Seymour fundou em Los Angeles o Grupo de

¹ É importante frisar que a laicidade no Brasil não se configurou em uma efetiva implementação do modelo laico nas instituições políticas nacionais, continuando assim a intrínseca relação da religiosidade cristã com a política institucional brasileira.

² Charles Parham foi um pastor norte-americano ligado à Igreja Metodista, mas que se afastou desta instituição por crenças particulares acerca da cura divina e do batismo no Espírito Santo.

Avivamento da Rua Azusa, onde começou a pregar o que havia aprendido na escola de Parham, acrescentando em seus cultos elementos mágicos semelhantes ao catolicismo, com destaque para os dons de línguas (glossolalia), cura e discernimento de espíritos.

Os encontros religiosos na Rua Azusa conseguiam aglutinar um grande número de pessoas. Picolotto (2016) aponta que o pastor batista William H. Durham foi o responsável por compartilhar em Chicago as experiências vivenciadas ao lado de Seymour. Movidos pelo entusiasmo de Durham, os suecos Daniel Berg e Gunnar Vingren saíram de Chicago rumo ao Brasil obstinados a trazerem e expandirem o pentecostalismo em nosso país. Berg e Gunnar fundaram a Assembleia de Deus (AD) em Belém do Pará. Nascimento (2019) acrescenta que outro nome de expressividade para o Pentecostalismo no Brasil é o do italiano radicado nos Estados Unidos Luigi Francescon, fundador da Congregação Cristã no Brasil, cujas primeiras unidades foram abertas na capital paulista e no interior do Paraná.

Ao longo dos anos, diversos Movimentos Pentecostais foram fundados no Brasil. Considerando as particularidades teológicas destes movimentos, Mariano (2014) defende que o Pentecostalismo brasileiro se subdivide em três tipos ideais³, a saber: 1- Pentecostalismo clássico: cuja característica diferencial é a ênfase no “dom de línguas” (glossolalia), sendo as denominações que inauguraram o Pentecostalismo brasileiro; 2- “Deuteropentecostalismo”: caracterizado pelo evangelismo radiofônico centrado na cura divina, provocando a fragmentação denominacional e dinamizando a expansão do Pentecostalismo brasileiro; 3- Neopentecostalismo: que se baseia na constante guerra contra o Diabo e seus representantes na terra (Teologia do Domínio), na difusão da crença de que todo cristão deve ser próspero, feliz e vitorioso em seus empreendimentos terrenos (Teologia da Prosperidade), e por rejeitar usos e costumes de santidade pentecostais.

Como forma de também corroborar com o entendimento sobre a temática, temos a tipologia criada por Freston (1993) que nos auxilia a compreender o desenvolvimento das igrejas pentecostais no Brasil através de ondas cronológicas. Segundo o autor existem três momentos, ou ondas, do Pentecostalismo brasileiro: 1- *Primeira onda*: surge entre os anos de 1910 e 1911 com a chegada da Congregação Cristã e da Assembleia de Deus; 2- *Segunda onda*: surge no fim da década de 1950 e tem como marca o surgimento da Igreja Quadrangular - 1951, Brasil para Cristo – 1955, e Deus é Amor – 1962, tendo esta onda foco de pulverização paulista;

³ Tipos ideais: trata-se de uma construção mental de modelos que não necessariamente reproduzem ou refletem a realidade, mas aproxima-se desta servindo de ferramenta metodológica para a sua compreensão. Para Weber (1999), o pesquisador deve sempre comparar o mundo objetivo com os conceitos formulados, verificando se eles se aproximam ou se distanciam de seu “tipo ideal” dentro de um espectro.

3- *Terceira onda*: surge no Brasil no fim da década de 1970 tendo como principais representantes a Igreja Universal do Reino de Deus – 1977, e a Igreja Internacional da Graça de Deus – 1980, em um contexto carioca. Para o estudioso, “a ênfase da primeira onda pentecostal foi às línguas; a da segunda onda foi à cura; e a terceira é a libertação pelo exorcismo da possessão maligna relacionada principalmente com os cultos mediúnicos” (FRESTON, 1993, p. 99).

Sobre as diversas denominações religiosas existentes atualmente, Nascimento (2017) aponta que houve uma expansão e complexificação do mercado religioso brasileiro, além de intensificar a competição por fiéis. Esta competição se deu tanto no âmbito inter-religioso (Igreja Católica versus Igrejas Evangélicas versus Religiões Afro-brasileiras etc.), quanto inter-religioso, quando diferentes denominações evangélicas disputam fiéis entre si.

Mister destacar que a partir da década de 1980 a Igreja Católica passou a perder espaço religioso mais acentuadamente para as Igrejas Evangélicas, principalmente em razão da expansão midiática pentecostal. Segundo Mariano (2013), quando comparamos os Censos de 1980 e 2010 percebemos que os católicos declinaram de 89,2% para 64,6% da população, enquanto os evangélicos saltaram de 6,6% para 22,2%. Assim, no ano de 2010 a população evangélica era estimada em aproximadamente 42,3 milhões de brasileiros⁴.

Certo de que o segmento evangélico compõe uma parcela significativa da sociedade brasileira, não podemos ignorar sua participação para além dos espaços sagrados. Ao longo dos anos diversos parlamentares foram eleitos com o apoio de igrejas evangélicas, o que possibilitou a inserção de pautas religiosas na agenda política nacional. Frente a todo o exposto, buscaremos neste trabalho analisar o protagonismo político dos parlamentares vinculados às igrejas pentecostais e neopentecostais no Congresso Nacional, desde a década de 1980 até a atualidade, especialmente buscando compreender o processo de formação e consolidação da Bancada Evangélica no Parlamento Brasileiro através da revisão de literatura sobre a temática, bem como análise de dados quantitativos acerca da representatividade das instituições evangélicas no poder legislativo federal.

⁴ Picolotto (2016) destaca que metodologicamente o IBGE classificou as instituições evangélicas em dois subgrupos, a saber: Evangélicos de Missão (Adventistas, Batistas, Congregacional, Luteranos, Metodistas, Presbiterianos, dentre outros) e Evangélicos Pentecostais (Comunidade Evangélica, Evangélica Renovada não determinada, Assembleia de Deus, Casa da Bênção, Congregação Cristão do Brasil, Deus é Amor, Igreja do Evangelho Quadrangular, Maranata, Nova Vida, O Brasil para Cristo, Igreja Universal do Reino de Deus, dentre outras). Oliveira (2019) aponta que destes subgrupos o que mais tem crescido numericamente é o segmento dos Evangélicos Pentecostais, representando pouco mais de 60,0% do total de evangélicos no país.

1 “Homens de Deus” a serviço da Nação: a inserção e consolidação dos evangélicos na política nacional

Para Nascimento (2017) devemos reconhecer que a religião exerce influência sobre seus membros – não apenas por causa da doutrina teológica, mas também por razões como o desenvolvimento de um senso de comunidade, identidade e pertencimento. Desta forma, estudos clássicos, como o de Pierre Bourdieu (2005), têm mostrado a relevância das relações entre os campos da religião e da política.

A teorização de Bourdieu (2011) acerca dos campos consiste em analisar a sociedade através de diversos microcosmos, ou seja, pequenos mundos sociais relativamente autônomos no interior de um grande mundo social - o macrocosmo social. “Tais microcosmos são autônomos porque possuem suas próprias leis, seus princípios e regras de funcionamento” (BOURDIEU, 2011, p. 195).

Ao analisar a constituição do campo religioso, Bourdieu (2005) defende que a religião tem um caráter político, porque ela dá sentido àquilo que existe ou venha a existir. Sua função lógica de ordenação do mundo acaba por recobrir divisões sociais de grupos ou classes concorrentes ou antagônicas, reafirmando o caráter legitimador da produção simbólica. Noutras palavras, constantemente os porta-vozes do campo religioso fazem alianças e/ou declaram apoio a lideranças do campo político almejando participação na construção da sociedade. Em contrapartida, estes líderes políticos se comprometem com as pautas defendidas pelos evangélicos na tentativa de abarcar os votos deste segmento de eleitores. Assim, Freston (1993) evidencia que desde a redemocratização ficou patente o cacife eleitoral evangélico, que passou a eleger uma bancada significativa no âmbito do Poder Legislativo e avalizar candidaturas ao Poder Executivo.

Embora a eleição de políticos ligados a igrejas evangélicas tenha iniciado timidamente na década de 1960, a chamada Bancada Evangélica do Congresso Nacional se consolidou somente a partir de 1986, em razão da *Assembleia Nacional Constituinte*. Naquela oportunidade foram eleitos 33 Protestantes das mais variadas denominações, dentre eles incluíam representantes do Pentecostalismo/Neopentecostalismo. A chegada dos evangélicos às instâncias decisórias resultaram em um novo vetor para o conservadorismo no país. Isso significou uma mudança expressiva na conjuntura política brasileira, sendo inclusive

reconhecida pelo então Presidente do Brasil, José Sarney (PMDB/MA): “os evangelistas são o fato marcante desta Constituinte” (PIERUCCI, 1989).

Para Freston (1993), o engajamento evangélico na Nova Constituinte se justificou pelo receio ao fim da liberdade religiosa e destruição da família tradicional cristã. Temiam o retorno da Igreja Católica como religião oficial, a aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo e do divórcio, bem como a legalização das drogas e do aborto – pautas constantemente associadas pelos evangélicos como ligadas ao comunismo e ao Diabo. Não menos importante, tornava cada vez mais necessária a eleição de representantes religiosos a fim de barganhar por privilégios estatais para suas igrejas, tais como isenções tributárias e garantia de novas concessões de rádio/TV, além da manutenção e renovação das já existentes⁵.

Desde suas inserções, os evangélicos não saíram mais da cena política no Brasil. Como forma de sustentar tal constatação apresentamos na tabela abaixo a evolução da representação evangélica no Congresso Nacional entre os anos de 1984 e 2006:

Tabela 01: Representação evangélica no Congresso Nacional, por Igrejas (1984-2006)

Denominações	Número de Parlamentares/ Legislaturas				
	1984/1990	1991/1994	1995/1998	1999/2002	2003/2006
Assembleia de Deus	13	13	10	12	26
Universal	1	3	6	16	18
Batista	7	5	4	8	7
Batista Renovada	3	-	1	5	3
Presbiteriana	4	1	4	3	2
Quadrangular	2	1	1	2	4
Luterana	1	2	2	5	4
Outras tradicionais	4	5	1	2	1
Outras pentecostais	1	1	1	4	3
Total de Igrejas	14	12	11	13	11
Total de Parlamentares	36	31	30	57	68

Fontes: FRESTON, 1996 e 2001(*apud* FONSECA, 2004); FONSECA, 1998; 2006.

Percebe-se que durante o período abordado na tabela acima o número de parlamentares ligados a instituições religiosas evangélicas cresceu significativamente, iniciando com 36 parlamentares⁶ na legislatura de 1984 a 1990 e indo para 68 na legislatura que foi de 2003 a 2006.

⁵ Freston (1993) ressalta que a abertura de meios de comunicação televisivos e radiofônicos perpassa por uma mistura de forças econômicas e políticas. Embora existam requisitos técnicos e financeiros a concessão, renovação e autorização de transferência de emissoras são prerrogativas do Presidente da República e passam pelo crivo do Congresso Nacional.

⁶ É importante frisar que embora a redemocratização tenha se consolidado de fato no ano de 1985, a abertura política no Brasil iniciou-se a partir do início da década de 1980, tendo evangélicos eleitos neste período que antecedeu e balizou a constituinte de 1988 no Brasil.

Torna-se relevante frisar que no ano de 2002, o Bispo Marcelo Crivella, forte liderança da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) logrou vitória ao postular uma vaga no Senado Federal. Outro fato a ser observado é que no mesmo contexto em que Crivella foi eleito, criou-se a Frente Parlamentar Evangélica, em 04 de setembro de 2003⁷, que teve como intuito inicial promover cultos semanais com os congressistas evangélicos e que através destes encontros promoveriam uma “mobilização estratégica” em defesa da família, da vida humana e da liberdade religiosa (BAPTISTA, 2009).

Feito este adendo, observa-se que a Igreja Universal foi a instituição que mais conseguiu ampliar o número de representantes no Congresso Nacional, tendo ingressado na política com a eleição de 01 parlamentar em 1986⁸ e conseguido eleger 18 representantes no pleito eleitoral de 2002. De acordo com Fonseca (2004), esse processo se desenvolve a partir de uma rígida burocratização nas escolhas dos bispos que possuem mais potencial para serem eleitos. Principalmente aqueles que possuem funções midiáticas na igreja, como radialistas ou apresentadores.

Imperioso destacar que no ano de 2006 a bancada evangélica amargou um significativo encolhimento, o que se justifica pelos escândalos de corrupção (Mensalão e CPI dos Sanguessugas⁹) que eclodiram no Brasil naquele momento, onde muitos parlamentares evangélicos estiveram envolvidos.

Nas eleições de 2010, a Bancada Evangélica novamente voltou a crescer, entretanto algumas instituições como a IURD continuaram a eleger representantes numericamente abaixo dos índices obtidos antes dos escândalos de corrupção que assolaram a nação. Como forma de melhor ilustrar a representação evangélica no Congresso Nacional em 2010, apresentamos a tabela abaixo:

⁷ A Frente Parlamentar Evangélica só teve seu registro formalizado em 21 de outubro de 2015, entre as causas da demora em seu registro reside o fato de ser uma frente pluripartidária, com interesses múltiplos e por vezes conflitantes. Além disso, a presidência da Câmara dos Deputados no ano de 2015 foi exercida pelo evangélico assembleiano.

, Eduardo Cunha, o que permitiu maior viabilidade política e burocrática ao registro da frente no plenário.

⁸ Mariano (2014) acrescenta que Roberto Lopes, atendendo a sugestão de Edir Macedo para ingressar na política partidária, candidatou-se a Câmara dos Deputados, sendo eleito com 54.332 votos, maior votação do PTB/RJ naquela eleição. Lopes se desligou da IURD no ano de 1987. Para Freston (1993) não se pode precisar se o desligamento de Lopes se deu a contragosto de Macedo, uma vez que, na qualidade de parlamentar e forte liderança dentro da igreja, o deputado da Constituinte oferecia riscos à liderança do bispo primaz.

⁹ A Operação Sanguessuga foi deflagrada pela Polícia Federal em 4 de maio de 2006. Na ocasião, 48 pessoas foram presas e 53 mandados de busca e apreensão cumpridos. No Congresso, a operação policial resultou na abertura de uma CPI mista, formada por deputados e senadores. A CPI das Ambulâncias, ou dos Sanguessugas, pediu o indiciamento de 72 parlamentares, sendo três senadores. Já o mensalão foi um esquema de desvio de dinheiro público, organizado por alguns membros do Partido dos Trabalhadores (PT). Estes usavam o montante para pagar deputados federais da base aliada em troca de votos favoráveis aos projetos do governo. Foi descoberto em 2005, a partir das denúncias do deputado federal Roberto Jefferson, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

**O protagonismo político das Igrejas Pentecostais e Neopentecostais no Brasil:
a bancada evangélica no Congresso Federal**

Tabela 02: Representação evangélica por denominações no Congresso Nacional em 2010

Denominações 2010	Número de Congressistas
Deputados sem denominação citada	20
Assembleia de Deus	18
Batista	9
IURD	4
Presbiteriana	3
Cristã Evangélica	1
Cristã Maranata	2
Evangelho Quadrangular	1
Igreja Renascer	1
Internacional da Graça de Deus	1
Sara Nossa Terra	1
Luterano	1
Total	63

Fonte: DIAP, adaptado pelos autores.

No que tange a questão partidária, o Partido Social Cristão (PSC)¹⁰ era a agremiação que abrigava o maior número de parlamentares evangélicos. De acordo com Valle (2014), dos 11 deputados evangélicos vinculados a legenda, 08 eram vinculados a AD, o que demonstra uma afinidade da igreja com o partido. Importante ressaltar, também, que o Partido Republicano Brasileiro¹¹ (PRB/ atual Republicanos¹²) abrigava outros 08 parlamentares evangélicos eleitos, incluindo aqueles vinculados a IURD.

Neste período (especificamente em 2010), o PT possuía forte apoio popular e relativa estabilidade política em sua gestão, haja vista a grande popularidade do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT/SP). Com isso, não só o PSC, mas principalmente o PRB foi base de apoio ao governo Lula, como também seria no recém-eleito governo Dilma (PT/SP). Além disso, naquela legislatura a IURD ainda contou com as nomeações do então senador reeleito Marcelo Crivella (PRB/RJ) para o Ministério da Pesca e da Aquicultura e do deputado George Hilton (PROS/MG) para o ministério do esporte no governo da petista Dilma Rousseff.

¹⁰ Vale ressaltar também, que dos 20 integrantes da executiva nacional do PSC, 10 são evangélicos e 8 são da AD, incluindo o presidente da sigla Pastor Everaldo, o que configura um predomínio desta instituição no partido, muito embora estes parlamentares e dirigentes venham de diferentes segmentos da AD. (Valle, 2014)

¹¹ Segundo Martins (2020) dentre os 27 presidentes das Comissões Provisórias Estaduais em exercício no ano de 2020, ao menos 12 possuem vínculos com a IURD, o que corresponde a 44,44%. No que tange a Executiva Nacional do partido, formada por 16 integrantes, ao menos 09 são membros da IURD, o que corresponde a 56,25%¹¹. Quase todos são bispos ou pastores da igreja de Edir Macedo.

¹² Diante do desprestígio da classe política e o desgaste da imagem dos partidos políticos na sociedade, diversas agremiações optaram por modificar o nome de suas legendas. Frente a essa onda, o PRB deliberou em convenção nacional uma nova nomenclatura - Republicanos. Em 2019 o TSE deferiu a alteração.

Insta destacar que naquela legislatura a bancada evangélica demonstrou sua força política na relação Congresso/Planalto. Para Quadros e Madeira (2018), o projeto denominado “Escola sem homofobia” do Ministério da Educação, formulado em 2011, foi barrado pela bancada evangélica no Congresso Nacional, fazendo com que a então Presidente Dilma declinasse na implementação do programa, o que caracteriza uma clara vitória política deste segmento em detrimento das pautas progressistas, bem como demonstra a força política desta bancada no cenário político brasileiro.

Dessa maneira, argumentaram ainda ser um projeto que atacava a família tradicional e os costumes cristãos, cuja repercussão originou a luta desta bancada ao que ficou convencionado por eles como “Kit Gay” e a “ideologia de gênero”¹³. Neste período o então deputado federal Jair Bolsonaro, ainda filiado ao PP/RJ, começou a ganhar visibilidade ao ser incisivo em se opor a políticas públicas de gênero.

No pleito eleitoral de 2014, novamente constatamos significativo aumento da bancada evangélica. Se em 2010 contavam com 63 deputados, naquele ano este número migrou para 82 deputados¹⁴, ou seja, um aumento efetivo de 19 parlamentares, o que podemos inferir por meio do quadro abaixo.

Tabela 03: Representação evangélica por denominações no Congresso Nacional em 2014

Denominações 2014	Número de Congressistas
Congregação Cristã	2
Cristã Maranata	1
Metodista	2
Sara Nossa Terra	2
Mundial do Poder de Deus	3
Evangelho Quadrangular	3
Batista	11
Presbiteriana	4
Universal do Reino de Deus	15
Assembleia de Deus	29
Outras	10
Total	82

Fonte: DIAP, adaptado pelo autor

Considerando os dados apresentadas na tabela acima, verificamos que a IURD apresentou um significativo crescimento, saltando de 04 deputados eleitos em 2010 para 15

¹³ Esse debate acerca das políticas de gênero ganhou grande repercussão na sociedade brasileira e vindo a se tornar uma das principais pautas das eleições presidenciais de 2018.

¹⁴ Neste apontamento feito pelo DIAP, não quantificaram os senadores eleitos que também pertencem a bancada evangélica, além disso, este levantamento foi feito após a divulgação dos eleitos, o que não exclui deputados que vieram a ser cassados ou outros parlamentares que viria a integrar a bancada.

deputados eleitos em 2014. Outro crescimento significativo é por parte da AD, que saltou de 18 para 29 parlamentares eleitos, evidenciando uma maior representatividade das igrejas pentecostais e neopentecostais.

Diante deste cenário, no que se refere a questão partidária, o então PRB sofre significativo aumento no número de parlamentares evangélicos em seus quadros, saltando de 08 para 18 parlamentares, tendo a IURD como a principal causa desse avanço, haja vista que todos os 15 parlamentares eleitos pela instituição religiosa eram filiados ao PRB. Outro ponto a se ressaltar é que a maioria dos parlamentares evangélicos do PSC neste pleito ainda são da AD, 06 dos 09 parlamentares são assembleianos. Porém, diferentemente da IURD, a AD continua tendo parlamentares distribuídos em diversos partidos, fruto da descentralização denominacional da AD.

Em 2014 o pleito foi marcado por uma disputa acirrada entre Dilma (PT/RS) e Aécio Neves (PSDB/MG), isso também reverberou no apoio dos políticos evangélicos a estes candidatos. Se em 2010 Dilma tinha um apoio expressivo deste segmento, em 2014 ela perdeu parte desse apoio para seus concorrentes.

Importante frisar que em 2016 ocorreu o *impeachment* de Dilma, e que este processo teve como um dos fatores principais o aceite da abertura do processo de impedimento pelo então Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (assembleiano membro da Bancada Evangélica). Naquela oportunidade, a bancada firmou posicionamento favorável ao impedimento de Dilma, tanto na Câmara quanto no Senado¹⁵.

Em razão da destituição da presidente Dilma, seu vice Michel Temer (MDB/SP) assumiu a Presidência da República. Assim como Dilma, o novo ocupante do Palácio do Alvorada indicou dois parlamentares evangélicos para compor o seu quadro ministerial: o assembleiano Ronaldo Nogueira (PTB/RS) foi nomeado titular da pasta do Trabalho, e o iurdiano Marcos Pereira (PRB/Republicanos/SP) foi nomeado Ministro da Indústria e Comércio.

Em 2018 duas denominações mantiveram a liderança em números de parlamentares evangélicos eleitos: a Igreja Assembleia de Deus saltou de 29 para 33, e a Universal do Reino de Deus, que antes possuía 15, passou a ter 17. Diante deste quadro, percebemos o avanço que as igrejas evangélicas tiveram na conjuntura política nacional, até mesmo as denominações

¹⁵ Cumpre ressaltar que na votação do impedimento de Dilma na Câmara dos Deputados, a fala do então deputado Jair Bolsonaro, ao votar sim pelo impedimento, homenageando uma figura acusada de tortura na ditadura militar no Brasil.

**O protagonismo político das Igrejas Pentecostais e Neopentecostais no Brasil:
a bancada evangélica no Congresso Federal**

históricas e renovadas lograram certo êxito ao longo destes anos. No entanto, o protagonismo esteve com as denominações pentecostais e neopentecostais (em especial a AD e a IURD), tendo os últimos dois pleitos eleitorais sido um marco recente das conquistas políticas empreendidas por este segmento religioso.

Tabela 04: Representação evangélica por denominações no Congresso Nacional em 2018

Denominações 2018	Número de Congressistas
Batista	12
Cristã Maranata	2
Internacional da Graça	3
Evangelho Quadrangular	4
Presbiteriana	4
Universal do Reino de Deus	17
Assembleia de Deus	33
Outras	15
Total	91

Fonte: Congresso em Foco/UOL, adaptado pelo autor

Quando passamos a analisar os partidos políticos, podemos novamente ver um aumento de parlamentares eleitos pelo Republicanos, dessa vez de 18 para 21 parlamentares em comparação a 2014. No total foram 91 parlamentares evangélicos eleitos, sendo 7 senadores (recorde de representação evangélica no senado). Destes 21 parlamentares evangélicos eleitos pelo Republicanos, 17 são da IURD, ou seja, assim como em 2014, no pleito de 2018 a IURD foi a base do partido no Congresso Nacional. Assim como em 2014, a AD teve seus parlamentares dispersos em diversas siglas partidárias. Acrescenta-se a isso o fato do PSL, que antes não possuía nenhum parlamentar evangélico, passar a contar com 07 nesta legislatura, fruto em especial da ida de Jair Bolsonaro para a sigla no pleito de 2018, o que trouxe consigo o peso do seu conservadorismo religioso.

**O protagonismo político das Igrejas Pentecostais e Neopentecostais no Brasil:
a bancada evangélica no Congresso Federal**

Tabela 05: Representação evangélica por partido no congresso nacional em 2018

Partidos 2014	Número de Parlamentares
Republicanos	21
PSD	7
PSL	7
PSC	6
PR	6
DEM	6
PSDB	5
PP	5
Outros	28
Total	91

Fonte: Congresso em Foco/UOL, 2018, adaptado pelo autor

Assim, o que se pode inferir desta movimentação quantitativa é que a IURD opera uma tática de combinar seu poderio na variável “denominação religiosa” ao espaço da representação política via partido. Esta última parece mais favorável às análises, se considerado o alto índice de crescimento do então PRB em dados quantitativos, quanto em dados qualitativos, se avaliarmos a eleição do bispo Marcelo Crivella (Republicanos/RJ) para a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro em 2016 e o maior crescimento de deputados eleitos pelo partido nos últimos pleitos.

Observa-se, então, com essa estratégia da IURD de entrada no mundo político via partidos políticos (majoritariamente no Republicanos), seu forte crescimento no mundo da política institucional, mas não somente a IURD, como também, a Igreja Assembleia de Deus, o que caracteriza um fortalecimento de segmentos pentecostais e neopentecostais na política nacional.

É importante frisar que, como elenca Valle (2018), o crescimento populacional evangélico fez com que os mesmos crescessem na arena política, porém, foi um crescimento fragmentado dada as diversas correntes existentes dentro do evangelismo brasileiro, o mesmo aconteceu com a bancada evangélica que se distribuiu por diversos partidos.

Além disso, um fato a se destacar é que diante destes números o que se percebe é que uma ampla maioria dos parlamentares evangélicos está situada em partidos de centro, centro-direita e direita¹⁶, com inclinação conservadora, em especial na temática moral e econômica. Nesse sentido, o conservadorismo é um conceito amplo e que provoca inúmeros debates acerca de sua definição, assim:

¹⁶ Partidos como Republicanos, DEM, PSC, PSDB, PSL e PSD.

O protagonismo político das Igrejas Pentecostais e Neopentecostais no Brasil: a bancada evangélica no Congresso Federal

Mesmo reconhecendo o pluralismo existente no interior de ambas as correntes, Bobbio elenca critérios que seriam capazes de cristalizar a essência de cada polo do espectro ideológico. Assim, em suma, sustentou que, enquanto a direita tende a bater-se sobretudo pelos valores da tradição e da hierarquia, a esquerda defende prioritariamente as ideias de emancipação e igualdade. (QUADROS; MADEIRA, 2018 p. 489-490 *apud* BOBBIO,1999)

Apesar disso, é notório perceber que parte significativa da bancada evangélica demonstrou um pragmatismo político, apesar de se pautar pelo conservadorismo no campo dos costumes, estiveram muitas vezes ao lado do planalto, independentemente de sua orientação ideológica. Conforme elucida Valle (2018, p.96) “o PRB se manteve na base dos governos federais petistas até os últimos momentos, saindo do governo apenas em março de 2016”, assim como o PRB, evangélicos de outros partidos estiveram ao lado dos governos petistas (que tinha uma orientação progressista o que difere da forma conservadora explicitada acima). Mas, como já demonstrado, romperam com o PT e se tornaram base de apoio parlamentar ao governo Michel Temer (MDB/SP).

Consequentemente, diante da nova conjuntura política que emergiu no Brasil, em especial após o impedimento da presidente petista, ficou evidente o avanço do conservadorismo moral no seio da política e do espaço público brasileiro, puxado e vocalizado por estes políticos evangélicos. Dessa maneira, como afirma Prandi, Santos e Bonato (2019, p.46) “no Brasil, as religiões evangélicas são as que mais têm obtido sucesso nessa empreitada”, principalmente no âmbito eleitoral, com o intuito não só de angariar voto, como também avançar com as pautas conservadoras no campo dos costumes. Não menos importante, destacamos que em 2018 a candidatura de um político próximo a membros da bancada resultou em maciço apoio dos evangélicos. Naquela oportunidade, Jair Bolsonaro (PSL/RJ) postulou ocupar o cargo máximo do Poder Executivo tendo como principais bandeiras “moral cristã”, “defesa da família”, a luta contra a “ideologia de gênero”, supostamente praticada pelos governos petistas – discurso este aproveitados reverberado por candidatos evangélicos ao Congresso Nacional.

Considerações finais

Diante de tais expostos, a bancada evangélica se consolidou no cenário político contemporâneo nacional, com uma forte ascensão no número de parlamentares eleitos, além de fazer crescer a viabilização de suas pautas morais e/ou conservadoras no âmbito dos costumes, culminando com a eleição de um presidente que carregou tal pauta durante sua campanha. Fato

é que Jair Bolsonaro se elegeu e o público evangélico contribuiu significativamente para este êxito.

A presença de parlamentares evangélicos se configurava uma força política evidente, pelo menos desde a década de 1980, tendo influenciado na Constituinte, posteriormente participado com expressiva influência nas eleições presidenciais da última década do século passado, vindo a se consolidar como Bancada Evangélica de peso no início do novo milênio, não só elegendo deputados, mas também senadores e governadores de estado.

Tal crescimento sofreu uma breve interrupção, fruto de escândalos de corrupção que atingiram políticos desta bancada em 2006. Porém a partir das eleições de 2010 a bancada retoma seu crescimento e consolidação.

De 2010, passando por 2014 e chegando a 2018, a bancada contou com um significativo aumento nos seus quadros contando com 63 parlamentares em 2010 e vindo a atingir 91 em 2018. Durante este período, as igrejas Assembléia de Deus e a IURD foram as que lograram maior êxito no que tange a eleição de seus representantes para o parlamento nacional, bem como, contando com nomes em importantes cargos do governo brasileiro.

Acerca dos partidos, o antigo PRB, hoje Republicanos, se configurou como o partido com maior número parlamentares evangélicos da bancada e sendo o partido de todos os parlamentares da IURD, o que se caracterizou como a sigla preferida desta denominação.

Além disso, com a devida constatação de uma predominância destas igrejas na composição da bancada, fato é que essas denominações são pentecostais (AD) e neopentecostais (IURD), com forte apego a um conservadorismo no campo dos costumes, o que configurou uma ampla ofensiva contra as políticas de gênero e de defesa de minorias étnicas, religiosas e políticas, no âmbito das ações e votações no Congresso Nacional. Exemplo disso foi a tentativa de implementação do projeto Escola sem partido na educação brasileira e o êxito da bancada em conseguir barrar o projeto “Escola sem homofobia” denominado por eles de “Kit gay”.

Vale frisar que apesar de uma maior presença pentecostal e neopentecostal na bancada, outras denominações reformadas e históricas também contam com parlamentares na bancada e se distribuem por diversos partidos dentro do parlamento, demonstrando que o evangelicismo no Brasil é plural em termos teológicos, denominacional e político.

Porém, dado o protagonismo destes evangélicos mais conservadores, ao analisar suas ações, foi possível perceber que muito embora estes tenham convergência no debate acerca dos costumes, demonstraram pragmatismo político ao serem base de apoio dos governos

petistas, e em especial dos governos de Dilma Roussef (PT/RS) de orientação ideológica progressista, vindo a romper com Dilma somente nos momentos cruciais que sucederam o impedimento da então presidente. Não obstante, também foram base de apoio ao governo de Michel Temer (MDB/SP) contando com espaço neste governo, como também respaldo para suas ações.

Assim, os evangélicos frequentemente barganham apoio ao Poder Executivo em troca da aprovação de legislações que contemplam as pautas conservadoras defendidas pelas igrejas, além de buscar privilégios estatais como isenção tributária para suas instituições, bem como concessões para expansão da mídia evangélica, pouco importando se os presidentes são de esquerda, centro ou direita.

A Bancada Evangélica então configurou-se ao longo dos anos uma força no ambiente político no Brasil, como também foi um dos fatores a catalisar a emergência de forças conservadoras na população, o que se reveste para o campo da política. Logo, é possível inferir que a presença evangélica na política brasileira e em especial o crescimento pentecostal e neopentecostal (em especial no parlamento nacional) neste setor não pode ser minimizado, se configurando como um elemento chave no espaço público e político brasileiro.

Referencias

BAPTISTA, Saulo de Tarso. **Pentecostais e Neopentecostais na política brasileira**. São Paulo: Annablume, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O campo político**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5. Brasília, p. 193-216, jul/2011. Disponível em:
https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000100008.
Acessado em: 22 abr. 2020

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Ata de Eleição da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso nacional**. Brasília: Câmara dos Deputados, 21 de outubro de 2015. Disponível em: http://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/53658-integra.pdf.
Acessado em: 29 de jul. 2017.

BRASIL. **Câmara dos Deputados. Biografia/Deputados.** Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/deputados/74847/biografia>. Acessado em: 26 de ago. 2020.

_____. “Nota Pública nº 5 do CNRDR”. **Comitê nacional de respeito à diversidade religiosa CNRDR.** Brasília, 15 de março de 2017. Disponível em:
<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cnrdr/notas-publicas/nota-publica-5-decretos-municipais-atentatorios-a-laicidade-estatal>. Acessado em 25 de jun. 2017.

_____. Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas do eleitorado – Eleitores filiados.** Disponível em <<http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/filiados>> Acessado em 28 de jul. 2017.

CAVALCANTI, Robinson. **Cristianismo e política: teoria bíblica e prática histórica.** Viçosa: Ultimato. 2002. 288p.

CARVALHO, Sarita dos Santos. **O fiel empreendedor, testemunha e ferramenta de marketing – uma análise do discurso acerca dos congressos empresariais da IURD.** Dissertação de Mestrado apresentada para obtenção do título de mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2017. Disponível em: <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/1076>. Acessado em: 24 mar. 2021.

CONGRESSO EM FOCO. **Renovada, bancada evangélica chega com mais força no próximo Congresso.** 2018. Disponível em:
<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/renovada-bancada-evangelica-chega-com-mais-forca-no-proximo-congresso/>. Acesso em: 29 jul. 2019.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR. **Evangélicos crescem no Congresso: PSC tem mais representantes.** DIAP. Brasília, s/d. Disponível em:
http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14637-evangelicos-crescem-no-congresso-psc-lidera-em-numero-de-parlamentares. Acessado em 25 de jun. 2017.

FONSECA, Alexandre Brasil. **Pluralismo religioso e relação religião-estado: Uma análise da presença evangélica no legislativo federal.** XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, Londrina, agosto de 2004. Disponível em:
<http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/28-encontro-anual-da-anpocs/st-5/st25-1/4091-afonseca-pluralismo/file>. Acesso em: 29/07/2017.

FRESTON, Paul. **Religião e política, sim; Igreja e Estado, não: os evangélicos e a participação política.** Viçosa: Ultimato, 2006. 200p.

FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil:** da Constituinte ao impeachment. Tese de Doutorado, Campinas, IFCH-Unicamp, 1993. Disponível em:
<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/279821>. Acesso em: 28 abr. 2020.

GEERTZ, Clifford. **O beliscão do destino:** a religião como experiência, sentido, identidade e poder. In: Nova Luz sobre a Antropologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

MARIANO, Ricardo. **Laicidade à brasileira:** católicos, pentecostais e laicos. Civitas. Porto Alegre v. 11 n. 2 p. 238-258 maio-ago. 2011. Disponível em:
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/9647/6619>. Acesso em: 04 de abr. 2021.

MARIANO, Ricardo. **Mudanças no campo religioso brasileiro no Censo 2010.** Debates do NER, Porto Alegre, ano 14, n. 24, p. 119-137, jul. /dez. 2013. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/view/43696/27488>. Acesso em: 18 mar. 2021.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil.** São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MARIANO, Ricardo, PIERUCCI, Antônio Flávio. **O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor.** Novos Estudos n° 34, 1992. Disponível em:
<http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5134>. Acesso em: 04 de abr. 2021.

MARTINS, Cáo César Nogueira. **Religião e política na Igreja Universal:** um estudo acerca da mobilização de conteúdo político/eleitorais pelo Jornal Folha Universal no ano de 2018. Trabalho de conclusão do curso de Ciências Sociais – UEMG. Barbacena, 2020.

METODISTA. **Composição da bancada evangélica.** Mídia, religião e política. Maio de 2016. Disponível em: <http://www.metodista.br/midiareligiaopolitica/index.php/composicao-bancada-evangelica/>. Acesso em 28 jul. 2017.

NASCIMENTO, Cláudia Cerqueira do. **Igreja como partido:** capacidade de coordenação eleitoral da Igreja Universal do Reino de Deus. Tese de Doutorado, São Paulo, FGV, 2017. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/20151>. Acesso em: 25 jun. 2020.

NASCIMENTO, Gilberto. **O Reino:** a história de Edir Macedo e uma radiografia da Igreja Universal. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

OLIVEIRA, David Mesquiati de. **Pentecostalismo e política no Brasil**. Revista Interações, v. 14, nº 25, p. 08-12 jun. 2019. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes/article/view/20468/15783>. Acesso em: 10 mai. 2020.

PICOLOTTO, Mariana Reinisch. **O pentecostalismo no Brasil**: uma reflexão sobre novas classificações. Revista Contraponto, Rio Grande do Sul, v. 3, n. 1, p. 86-115, jun. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/contraponto/article/view/65741/37775>. Acesso em: 28 mar. 2020.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Representantes de Deus em Brasília**: A bancada evangélica na constituinte. Ciências Sociais hoje. São Paulo, Vértice e ANPOCS, 1989.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS; Renan William, BONATO, Massimo. Igrejas evangélicas como máquinas eleitorais no Brasil. **Revista USP**. São Paulo, n. 120, p. 43-60. janeiro/fevereiro/março 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/155530/151188>. Acesso em: 04 abr. 2021.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis; MADEIRA, Rafael Machado. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 24, nº 3, set.-dez., p. 486-522, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/op/v24n3/1807-0191-op-24-3-0486.pdf>. Acesso em: 04 de abr. 2021.

SELL, Carlos Eduardo. A multiplicidade da secularização: a sociologia da religião na era da globalização. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 16, n. 36 - Maio/ago. de 2017. <file:///C:/Users/edbis/Downloads/53256-Texto%20do%20Artigo-177909-2-10-20171017.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

VALLE, Vinicius Saragiotto Magalhães. **Direita religiosa e partidos políticos no Brasil: os casos do PRB e do PSC**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF v. 13 n. 2, dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12425>. Acessado em: 04 de abr. 2021.

WEBER, Max. Conceitos sociológicos fundamentais. In: **Economia e Sociedade: fundamentos da sociedade**. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

**The political role of the Pentecostal and Neopentecostal Churches in Brazil:
an analysis of the evangelical bench in the Federal Congress**

Abstract

The relationship between religion and politics has several implications in the social fabric, since the genesis of Brazil, the religious element has been present and influencing the national political field. In contemporary Brazilian society, evangelicals, especially Pentecostals, have achieved significant success in the political environment, becoming key actors behind the scenes of national politics. Therefore, the objective of this work is to analyze the rise and influence of pentecostal churches in the Brazilian political context and in the composition and consolidation of the Evangelical Bench in the Federal Congress from the period of Brazilian redemocratization to the 2018 elections. To this end, this article will use a literature review and analysis of the numerical growth of the Evangelical Bench in recent decades. As a result, it is possible to perceive the growth, predominance and protagonism of Pentecostals and Neopentecostals both numerically and in their role in Brazilian politics.

Keywords: Religion; Politics; Evangelical Bench, Pentecostalism and Neopentecostalism.

Recebido: 27 maio 22

Aprovado: 10 jun. 22